

**TRABALHO INFANTIL, ESCOLARIZAÇÃO E INSERÇÃO DAS CRIANÇAS
NEGRAS NO BRASIL REPUBLICANO**
**CHILD LABOR, SCHOOLING AND INSERTION OF BLACK CHILDREN IN
REPUBLICAN BRAZIL**

Tales Vinicius Oliveira da Silva¹

MSc. Leusa Alves de Moura Silva²

RESUMO: Procurou-se evidenciar os fatos históricos que levaram a construção do processo de escolarização de crianças negras no período republicano, estabelecendo os prejuízos que o trabalho infantil e a discriminação ocasionaram a esse processo, os fatores que induziram as crianças negras ao trabalho infantil e as condições de trabalhos sub-humanos oferecidos a elas. Traz-se uma reflexão sobre a necessidade da inserção da criança negra na escola, bem como, a forma que o Governo lidou com essa problemática, e por fim, destaca-se os fatores prejudiciais causados pela discriminação dentro das instituições escolares e o dilema que essas crianças enfrentavam entre sustentar sua família com o trabalho infantil ou buscar melhores condições de vida através dos estudos. A Educação Pública sempre foi um dilema no Brasil, a possibilidade de uma educação para todos, nunca se concretizou na realidade. Sendo assim, busca-se discutir algumas questões como, por exemplo: De que modo se pode identificar as consequências do trabalho infantil na escolarização da criança negra? Como foram elaborados e desenvolvidos os princípios educacionais que visavam a inserção das crianças negras na escola? De que maneira se pode apontar os problemas causados pela desigualdade social e racial na sociedade e seu efeito na vida escolar da criança negra?

Palavras-Chave: Trabalho infantil. Educação. História.

ABSTRACT: This work tries to present the great struggles for survival and inclusion of the black child in the schooling, as well, as the excessive labor in the factories, agricultural or in other kinds of labors that happened in the period after the abolition, right at the start of the 1900s at the Old Republic. We tried to evince the historical facts that lead to the build of the process of schooling of the black children in the republican period, establishing the losses that the child labor and the discrimination caused at this process, the factors that induced the black children to the labor and the sub human conditions offered to then. We bring a reflection on the need of insertion of the black child in school, as well as the way that de Government delt with this situation, and for last, highlighted the harmful factors caused by the discrimination inside the school institutions and the dilemma that those kids had to face between providing to their families with the labor or seek for better life through schooling. The Public Education was always a dilemma in Brazil, the possibility of a education for everyone, but this

¹ Graduando em Licenciatura em História pelo Instituto Superior de Educação (ISE), do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

² Mestre em História e professora dos cursos de História e Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser.

never has proven to be true. Therefore, we tried to discuss some questions like: How we can identify the consequences of the child labor in the black children schooling? How was development of the educational principle that aimed the insertion of the black children in to school? How can we point the problems caused by the social and racial inequality in the society and its effects on the black children school life?

Keywords: Child labor. Education. History.

Data de submissão: 01.dezembro.2020

Data de aprovação: 28.janeiro.2021

1 INTRODUÇÃO

Após a abolição da escravatura, as famílias negras viviam à margem da sociedade, sofrendo constantes discriminações raciais, tendo por consequência o desemprego. Sendo assim, as crianças negras assumiram o papel do sustento de sua família.

Consequentemente, essas crianças foram marginalizadas e vítimas do trabalho infantil que não oferecia nenhum benefício para essas crianças e as substituíam na primeira oportunidade que aparecia. Sem acesso à escola, que até então era um privilégio de crianças brancas, os negros optavam por uma vida de trabalhos sub-humanos ou ainda pior, pequenos furtos.

Visando a inserção dessa criança na escola, a Igreja Católica e o Governo do então presidente da República Rodrigues Alves, desenvolveram ideias de uma educação essencial, o que deu o pontapé inicial para o início de uma nova trajetória na vida dessas crianças. Essas políticas foram implantadas em 1906, o que possibilitou o acesso dessas crianças à escola, muitas não conseguiram usufruir dessa nova possibilidade, por decorrência do trabalho infantil que exerciam para sustento de sua família.

O então Presidente da República, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, possibilitou o acesso das crianças negras a educação essencial. Estava longe de acontecer uma real inclusão dessas crianças na sociedade de forma igualitária. A discriminação racial dentro das instituições educacionais excluía constantemente as crianças e dificultava o seu acesso a uma genuína e progressiva educação social e cultural.

Diante dessas questões o presente artigo tem a finalidade compreender de que forma se pode identificar as consequências do trabalho infantil na escolarização da criança negra? Como foram elaborados e desenvolvidos os princípios educacionais que visavam a inserção das crianças negras na escola? De que modo podemos apontar os problemas causados pela desigualdade social racial na sociedade e seu efeito na vida escolar da criança negra?

Sendo assim tem-se o objetivo de demonstrar os fatos históricos que levaram a construção do processo de escolarização de crianças negras no período republicano, estabelecendo os prejuízos que o trabalho infantil e a discriminação ocasionaram a esse processo. E evidenciar os fatores que induziram as crianças negras ao trabalho infantil e as condições de trabalhos sub-humanos oferecidos a elas. Refletir sobre a necessidade da inserção da criança negra na escola, bem como, a forma que o governo lidou com essa problemática e destacar os fatores prejudiciais causados pela discriminação dentro das instituições escolares e o dilema que essas crianças enfrentavam entre sustentar sua família com o trabalho infantil ou buscar melhores condições de vida através dos estudos.

A educação pública sempre foi um dilema no Brasil, pois deveria ser para todos. Mas, não são todos que conseguem ter acesso à educação.

Esse estudo traz uma das grandes lutas pela sobrevivência e inclusão da criança negra no meio escolar, bem como, os trabalhos excessivos nas fábricas, na agricultura ou em outros tipos de trabalhos que aconteciam no período pós-abolição, já no início dos anos 1900 na República Velha.

No início da República ocorreram diversos manifestos e petições que pediam por uma educação melhor, trabalhos com horários mais flexíveis, condições de trabalho melhores e regulamentação de faixa etária para contratação de crianças. Essas conquistas surgiram efeito apenas em 20 de janeiro de 1923 com o Decreto nº 16.272, em que o Estado começou a proteger os menores.

Só em 1912 as crianças e os jovens se tornaram “problema” de fato do Estado por contas das greves e rebeliões. Com isso, a Constituição de 1934, proibiu o trabalho para menores de 14 anos, criando a partir de 1934 leis mais flexíveis que davam condições melhores de trabalho para a população, principalmente para as crianças negras.

Muitas crianças negras viviam nas ruas e tinham como única alternativa de sustento, o roubo e o vandalismo. Sendo assim, o Governo juntamente com a Igreja Católica, através da Lei 844, de 1902, criaram Institutos que apesar de serem vistos como Centros Correccionais, eram os únicos capazes de desenvolver um trabalho educacional para esse público.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica pautada em autores que discorrem sobre o tema em questão. Os mais utilizados foram: Florestan Fernandes (1964) e Mary Del Pryore (1999) como base principal para elaboração do tema. E como auxílio para a produção do trabalho foram utilizados os autores: Alessandra Frota Martinez (1997), Paulo Freire, (1992.) e (1979), Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (2006) e José Luís Simões (2020).

2 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação no Brasil começou a surgir com os jesuítas que vieram para ensinar a palavra de Deus e conseqüentemente acabaram ensinando o básico que era: a língua portuguesa, matemática, direitos básicos, entre outras formas de ensino. Houve o irmão Diogo Jácome, segundo o padre tinha a cativação de ensinar os índios tanto a língua portuguesa quando a palavra de Deus, já o padre Navarro ficou exclusivamente para ensinar a ler e a escrever orações para os pequenos. Todos por ordem do Papa João III que lhes disse a seguinte frase “aos meninos porque deles iriam a melhor doutrina, trabalhavam por dar ordens como se façam os cristãos”.

Foram oito semanas de “próspera viagem”. No dia 29 de março de 1549, desembarcavam, enfim, na vila de Pereira (depois Vila Velha), quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega. (DEL PRYORE, 1999, p. 51).

É claro que este ensino ficou praticamente exclusivo para os índios, porque o interesse era a educação dos índios para que não fosse mais seguir a vida que levavam, mas muitas vezes este índio se mudava e não havia o fim do ensino que por muitas vezes este índio voltava para a sua antiga vida. As crianças indígenas, quanto as negras eram usadas em procissões e festas religiosas.

Se o início da missão jesuítica no Brasil fora marcado por um relativo otimismo quanto aos rumos da conversão do gentio – o famoso “papel branco”, no qual não havia mais que escrever com prazer –, rapidamente, os padres foram percebendo a dificuldade da evangelização dos nativos. (DEL PRYORE, 1999, p. 54).

De acordo com a história a criança branca era mais rejeitada que a negra, pois a negra tinha mais valor por ser negra para ser escrava principalmente se for mulher para trabalhos domésticos e mais tarde trabalhos sexuais.

Todos os filhos dos cativos podiam ser vendidos assim que nasciam. Para os senhores de engenhos e fazendeiros, a alternativa era bem mais atraente do que enjeitar o escravinho. Se fosse do sexo feminino, estes eram direcionados para os serviços domésticos e mais tarde os serviços sexuais, na casa grande, tornando-se pouco viáveis para o comércio humano interno. (VIVEIROS, 2006, p.02).

Pela irresponsabilidade paterna sendo negro ou branco era algo corriqueiro, mas mesmo o número de abandonos de crianças negras era menor, havia abandonos por conta do abuso sexual ou mesmo a venda destas crianças negras para outras fazendas ou locais de utilização escrava. Para Souza apud Viveiros (2006), a roda era usada pelas escravas, que deixavam seus filhos na tentativa de livrá-los da escravidão.

Mesmo com a lei Áurea e a lei do ventre livre que visava alguns direitos para a criança, ela ainda continuava sofrendo com trabalhos ilusórios como, por exemplo, a colheita de cana de açúcar. Com a Lei Áurea (1888), as crianças e adolescentes moradores de antigas senzalas continuaram a trabalhar nas fazendas, a exemplo as de cana em Pernambuco (FREIRE, 1992).

E a educação dos pobres só serviria para ao transformarem em cidadãos úteis para o trabalho, e os ricos em doutores. A educação no início da colonização só servia para os indígenas e brancos, os negros não há documentos que informa que houve este trabalho. Os holandeses, em 1645 tentaram criar uma escola, mas foram expulsos do território brasileiro por fazerem tal prática. “Os dominadores holandeses criaram no Recife a primeira escola do Brasil só para negros, em 1645, de vida efêmera pela pressão local e pela sua expulsão do solo brasileiro” (VIVEIROS, 2006, p.03).

Em 1856 era proibido acento para negros, mas era aceito para pardos e mulatos para promover a capacidade do recinto nas escolas, só em 1882 no Paraná era utilizado escolas noturnas profissionalizantes para negros.

Com o passar dos anos a educação no Brasil foi evoluindo, o adestramento das crianças elitizadas era uma coisa séria, pois já iniciando deste cedo seriam capazes de se desenvolver um adulto melhor e adequado às dificuldades da vida. Isto fez com que se criassem escolas separadas homens e mulheres com educações diferentes onde o menino aprenderia deste os sete anos, e ia até o ensino superior que se transformaria em doutor na maioria das vezes doutor da lei e as meninas aprenderiam a ler, escrever, bordar, inglês, Frances e piano, mas a criança já vinha de casa educada no letramento.

Este ensino era só para a elite brasileira, onde para a classe pobre só no século XVIII se desenvolveu com Marques de Pombal. Muitas crianças largavam as escolas por conta de não conseguirem aprender nada por que trabalhavam várias horas exaustivamente entre 11 a 18 horas por dia, com 20 minutos de intervalo. Isto quando conseguiam ir para a escola.

Muitas escolas públicas eram precárias por conta da falta de comida, estrutura básica e até pela didática de ensino que os professores não tinham. Havia muitos professores estrangeiros, principalmente alemães, que tinham um método que não conseguiam pôr em prática no Brasil, e que funcionava na Europa, como a palmatória.

O aumento de crianças que viviam nas ruas no século XIX era alto principalmente depois da lei do ventre livre. A religião disponibilizou o aumento do ensino primário e trabalhos manuais, pois essas crianças foram entregues ao governo pelos senhores por não serem mais rentáveis.

Sob o palco de grandes reformas urbanas no final do século XIX, o número de crianças, na maioria negras, nas ruas eram crescentes, e deter a circulação desses “desgraçados, sem teto, sem lar, sem educação, sem instrução e sem ordem” passou a ser reclamada por médicos e juristas. (DEL PRIORE, 2002, apud VIVEIROS, 2006, p.04).

Pressão internacional, Guerra Brasil-Paraguai e Revolta dos Escravos, estes três itens são os mais importantes, pois os ideais liberais ingleses e Europeus juntamente com a necessidade de homens para a guerra do Paraguai em troca da liberdade, e por

fim nas revoltas e suicídios dos escravos que foram ficando mais alarmantes, tiveram o seu êxito - a liberdade e a República.

A Abolição da Escravidão e o início da experiência do mercado de trabalho livre, acontecem às portas da Proclamação da República (15 de novembro de 1889), evidenciando um processo de grande transição no país, tanto no aspecto econômico quanto político cultural. (SIMÕES, 2020, p. 01).

Os negros não se desenvolveram junto com a cidade, pois a libertação foi algo ridículo algo que não os ajudou e sim só piorou a sua situação. O negro ou ficava na cidade como um vagabundo, pois não tinha serviço para ele, ou voltava para as fazendas para trabalhar naquilo que já fazia para ganhar uma miséria ou mesmo ser substituído pelo imigrante.

A Abolição transplantou a anomia social da senzala para as cidades. Segundo Fernandes, as condições de anomia social agravaram a pobreza da população negra; os negros “viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela”³. Os negros, sem trabalho pelas novas circunstâncias sociais, converteram-se em vagabundos sistemáticos (SIMÕES, 2020, p. 02).

Simões (2020) faz uma comparação entre os dois autores renomados, Celso Furtado afirma que o negro com o passar dos anos como cativo teve sua mente reduzida e moldada ao retardo, pois ele não tinha a ideia de riqueza, de ter uma vida boa e ter dinheiro, pois isto ele nunca teve. Já Florestan Fernandes traz a ideia de que o negro coletivamente sabia o que queria, mas não o que deveria ter, ou seja se pegar as duas teses a do Fernandes e do Furtado os dois tem direções contrárias quase aceitáveis, pois o negro não tinha condições sociais para ser inserido na sociedade, mas também não tinha uma mentalidade capaz de se fazer inserido na sociedade.

A análise de Celso Furtado, superficial quando se trata de discutir a condição social dos ex-cativos, oferece alternativas para pensar que a estrutura social e psicológica na República não estava lapidada para enfrentar a nova ordem que se impunha com a Abolição. Entretanto, é prudente que façamos eco à seguinte tese de Florestan Fernandes: além de todo processo de mudança nas relações de trabalho orientar-se para permitir a substituição do negro pelo branco, os ex-cativos sabiam coletivamente o que não queriam, porém, não tinham consciência clara do que deveriam querer coletivamente (SIMÕES, 2020, p. 03).

“Foi o fazendeiro quem se libertou do escravo e não o escravo quem se liberou do fazendeiro” (SIMÕES, 2020, p.03), esta frase é algo que já havia trazendo uma certa ânsia para o fazendeiro, pois o negro estava caro com a proibição do tráfico negreiro, se não tem o produto exportado o preço aumenta e a utilização do trabalho do imigrante livre estava ficando mais barato no bolso do fazendeiro do que comprar novos negros.

Com a onda de imigrantes que vieram para o novo país republicano, houve um interesse maior no seu trabalho e o negro que acabara de conquistar o tão sonhado direito da liberdade, agora está largado, substituído e sem ter para onde ir.

3. O INÍCIO DA INSERÇÃO

Com o decorrer do estudo apresentado será abordado aspectos sociais e educacionais que norteavam a vida da criança negra no início da República. O artigo será transcrito a partir de 1902 até 1937. Será tratado sobre os fatos que desenvolveram a educação da criança negra para incluir no meio social, por meio de Instituições financiadas pelo Governo, mas principalmente pela Igreja Católica que colaborou para leis que visavam proteger tais crianças dos males que a sociedade pudesse trazer como, por exemplo: a perda da virgindade ou mesmo da falta de tempo causada pelo trabalho que a tornasse incapaz de estudar.

Muitos pais davam seus filhos para Instituições, pois além de uma educação que o seu filho seria instruído o pai ainda ganharia dinheiro por ter cedido seu filho para essa Instituição, que no século XX eram Institutos tanto privados quanto religiosos e que na maioria das vezes recolhiam crianças abandonadas, cheiradoras de cola, as que roubavam, que se prostituíam e as que eram presas pela Polícia, quando pegas realizando crimes pela cidade.

Muitas Instituições simplesmente pegavam crianças desacompanhadas nas ruas a fim de levar para essas Instituições, muitos pais só ficavam sabendo depois que seu filho já estava dentro dos presídios. Dessa forma, alguns pais tiravam os filhos das escolas para evitar que fossem levados, pois uma vez inseridos nos Institutos, só poderiam receber visitas uma vez por mês.

Muitas crianças ficavam presas junto com outros criminosos por algumas noites esperando o julgamento, pois somente após esse julgamento, eles seriam levados para as Instituições.

De acordo com a Lei 844, de 1902 apenas crianças de 14 a 21 anos de idade eram aceitas. As regras gerais das Instituições serviam tanto para os meninos quanto

para as meninas, apesar de elas ficarem em prédios separados por sexo. Além dos negros, também eram aceitas crianças brancas, porém pobres ou marginalizadas. Esses fatos nos remetem a fala de Paulo Freire:

Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (FREIRE, 1992, p. 78).

Como a educação na República velha citada acima, a educação da classe pobre principalmente negra no início da República, tinha como objetivo principal os inserir na sociedade, mesmo que de forma coerciva.

Crianças eram educadas com diversas tarefas como, por exemplo: lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar com madeira e pastorear. Desse modo, o mercado valorizava as habilidades que aos poucos as crianças escravas iam adquirindo.

Além disso, as crianças eram educadas por meio de jogos para aprender a dividir, a perder e a ganhar, com isso o valor do trabalho infantil da criança que ali era educada, chegava a ser 60% superior ao valor de uma que não recebeu nenhuma educação.

Já no período Imperial apenas as crianças que eram filhas de homens livres ou tivessem posses, tinham acesso à educação. A criança negra só teve acesso a educação com a Lei do Ventre Livre em 1871, e conseqüentemente em 1879 teve a sua reforma para que o negro pudesse ter direito ao ensino público, o que não aconteceu de fato. “Só a população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas. Os escravos eram expressamente proibidos de matricularem-se nas escolas públicas” (MARTINEZ, 1997, p. 156).

Sendo assim, muitas crianças entre os 12 e 14 anos de idade, trabalhavam nas plantações de cana-de-açúcar, com trabalhos pesados e perigosos, causando muitos problemas de saúde e por muitas vezes até mortes, para que pudessem sustentar a si e a sua família. Dessa forma a taxa de mortalidade sofreu um grande aumento.

Os negros conseguiam se estabelecer em cortiços, pois os locatários de casas comuns não confiavam neles. Nestes cortiços havia várias famílias morando juntas. Sendo assim, as crianças acabavam presenciando atos sexuais. Muitas vezes, as filhas eram expulsas, pois apareciam grávidas, pois não existia uma educação sexual para essas crianças.

A desorganização familiar fez com que o Estado não tivesse nenhum vínculo com o menor. Havia convicções tradicionalistas e sagradas na concepção e tratamento de doenças como a sífilis. Há uma teoria que as mulatas na prostituição em bem valiosas. Conseqüentemente muitos menores recorreram à prostituição e muitas mulheres usavam a prostituição para o seu sustento.

Com isso, só uma parcela minoritária da população de cor estava apta a enfrentar o desemprego como problema social. Os menores negros que viviam com a mãe na casa do branco sempre eram seduzidos ou abusados pelos filhos do branco e mesmo se fosse denunciado, o caso era abafado pelas autoridades.

Em 1930 as crianças sofriam todo tipo de abusos que se pode pensar. Trabalhavam em serviços de semiescravidão, na maior parte das fábricas paulistas a demanda era composta por 30% de trabalho infantil. Essas crianças sofriam diversos abusos no interior dessas fábricas, sejam eles sexuais, psicológicos e principalmente físicos, o que na maioria das vezes virava até caso de polícia, entretanto, isso não significa que aquelas crianças estariam protegidas, pois, os casos sempre eram abafados.

Crianças acabavam se distraíndo com brincadeiras e eram maltratadas também pelo “péssimo serviço”. Muitas morriam por doenças como a tuberculose entre outras doenças. O trabalho infantil não acontecia somente em fábricas, nas ruas também havia crianças trabalhando ou roubando. Os trabalhos eram diversos como, por exemplo: engraxates, vendedores de jornais, vendedores de bilhetes de loterias, entre outros.

Muitas crianças saíam do campo por melhores condições, mas acabavam nas ruas ou nas fábricas. Diversas crianças moravam nas ruas por conta da falta dos pais ou mesmo por não conseguirem empregos e havia duas opções: ou a fábrica ou a marginalidade.

Havia muitos pais que se aproveitavam dos filhos, aqueles que não estavam em um Instituto, pois em 1909 já se encontravam superlotados. As crianças negras eram sugadas pelos pais que não conseguiam trabalho, mas viviam à custa dos filhos, pois era bem mais fácil que as crianças conseguissem empregos.

Várias fábricas pelo país inteiro preferiam contratar as crianças por conta do baixo salário do que contratar um adulto. Já as moças, aquelas que perdiam sua virgindade, eram rotuladas como prostitutas ou vadias, e com isso, o Governo procurava por vários métodos sociológicos, que tentavam construir uma base sólida familiar por conta dos problemas sociais que atingiam as famílias negras, como por exemplo, o trabalho, cidadãos sadios, moral e educação sexual.

O Sistema Judiciário criou algumas leis por volta de 1890, com métodos que visavam uma vigilância familiar em torno do jovem negro, principalmente das moças, como por exemplo: só sair acompanhado (a), frequentar lugares pré-autorizados, usavam os próprios pais de algumas famílias para “fiscalizar” os jovens, a moradia era apenas permitida em lugar de respeito.

Esses métodos eram facilmente vencidos. A ideia era trazer vários métodos de vigilância com a ajuda de familiares e vizinhos, isto fez com que a vida no bairro fosse compartilhada. Muitas moças sentiam presas pelos pais, que evitavam que o maior mal acontecesse com sua filha, como a gravidez ou o estupro, mas muitas iam contra e acabavam grávidas e decidiam ter o filho sozinhas, pois também não tinham o apoio dos pais de seus filhos. Uma das leis determinava que a sedução de crianças de 14 a 18 anos de idade era considerada um crime.

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. [...] começemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se submete o processo de educação. Qual seria este núcleo palpável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem. (FREIRE, 1979, p. 27).

Com o passar dos anos a educação no Brasil foi evoluindo e o “adestramento” das crianças negras era uma coisa séria, pois já iniciando deste cedo, seriam capazes de desenvolver um adulto melhor e adequado às dificuldades da vida. Isto fez com que criassem escolas separadas para meninos e meninas, com educações diferentes. Enquanto isso, as crianças brancas, de elite, também estudavam em escolas separadas

por sexo, os meninos se preparavam para as melhores profissões, as meninas aprenderiam a ler, escrever.

Como muitos não conseguiam empregos, só conseguiam o sustento através de bicos e trabalho informais. O negro era visto como: vagabundo, desordeiro, cachaceiro e por isso não conseguiam empregos.

Quando conseguia um emprego, trabalhavam como escravos, com salários baixos e com cargas horárias extremamente grandes. Enquanto isso, a imagem que era vendida para o exterior era de que não havia problemas no Brasil com o negro, não existiam distinções raciais, havia oportunidades de bens de capital iguais para todos, os negros eram satisfeitos com a sua vida, principalmente no Polo da Industrialização em desenvolvimento que estava estabelecido principalmente em São Paulo e ainda não havia problemas na Justiça Social com relação ao Brasil.

Diziam que os negros tinham um padrão de vida familiar moderno, as famílias seguiam à risca os valores do casamento e tinham uma estabilidade integradora. Na realidade, as empresas só aceitavam os negros depois que Getúlio Vargas implantou as leis trabalhistas visando ter mais mão de obra. Quando o homem negro trabalhava, passava por cima do orgulho, sofria muitas humilhações e trabalhava em dois ou até três empregos.

Muitos negros diante dessa situação, de diversas humilhações e racismos, acabavam se deixando levar pelo alcoolismo. Alguns empregos os toleravam bêbados, mas na maioria das vezes, acabavam perdendo seus empregos. Homens e mulheres não podiam sair de noite, quando isso acontecia, as autoridades policiais utilizavam um camburão, chamado de carrocinha que os recolhiam e levavam para a cadeia, eram taxados de vagabundos e prostitutas.

A malandragem e a vagabundagem eram valorizadas no meio negro. Esse foi um dos motivos que faziam com que o negro acabasse optando pela marginalidade, ou se prostituísse. O Estado tentava cuidar da construção social infantil, mas era falho.

Com a chegada de imigrantes, houve um aumento significativo da economia, pois ele trouxe consigo métodos de trabalho e desenvolvimento agrícola e industrial. Eles trouxeram vários benefícios para a lavoura e com consequência retirou o negro de

todos os meios de produção e inseriu o trabalhador livre, e agora sem a escravidão o desenvolvimento tecnológico, econômico e social teve o seu lugar para se ascender.

Com a contratação de imigrantes houve um aumento não só de negros na cidade, mas também de imigrantes “empurrando” ainda mais o negro para a marginalização. Os estrangeiros ainda escolhiam onde e com o que trabalhavam algo que o negro jamais poderia escolher neste período.

Ora, ao longo de todo esse período, a República seguiu empurrando a criança para fora da escola, na direção do trabalho na lavoura, alegando que ela era “o melhor imigrante”. No início do século, com a explosão do crescimento urbano em cidades como São Paulo, esses jovens, dejetos do que fora o fim do escravismo, encheram as ruas. Passaram a ser denominados “vagabundos”. Novidade? Mais uma vez não (DEL PRYORE, 1999, p. 12).

Na Europa havia muitos imigrantes vindos para o Brasil, fugindo da fome e do frio, mas muitos não encontravam o tal sonho maravilhoso de que o Governo tanto falava, muitos iam principalmente para as grandes cidades como São Paulo ou mesmo voltavam para seu país de origem.

A pobreza acabou trazendo vários tipos de situações, mas a mais preocupante era que muitas famílias dependiam por completo do trabalho infantil ou precisavam do trabalho infantil para se sustentar.

Nas fábricas as crianças trabalhavam nos seguintes ramos: Alimentos, bebidas, tecidos, chapéus, cigarros, charutos, vidros, metais, tijolos e móveis. Famílias tradicionais sentiam “ódio dos negros” por causa da abolição e se vingavam deles, humilhando-os e substituindo-os, de “propósito”, pelos imigrantes.

O negro achou que poderia trabalhar em serviços que os italianos e os portugueses faziam como, por exemplo: o pedreiro, o pintor e o vendedor. Muitos negros como crianças, mulheres e os idosos, trabalhavam como ambulantes, porém nessa época começaram a surgir as feiras, onde na maioria das vezes eram formadas por imigrantes, tirando o sustento dos que trabalhavam como ambulantes.

Agora a classe negra se vê enfrentando vários tipos de classes: brancos, imigrantes, entre outros e por causa da sua cor de pele e sua posição social, perdia para todos. O negro quando foi liberto, pensou que seria dominante, um agente de respeito dentro da sociedade e quando liberto foi empurrado para as periferias se

marginalizando. Com a dificuldade de conseguir um emprego não viu outra saída a não ser a marginalidade, criada pela falta de inclusão que sofrera desde então.

Houve uma mudança na classe negra que deixou de ser escrava e tenta ter a sua ascensão, mas como não consegue um dos meios para sua própria sobrevivência é o submundo. Agora, o negro iria tentar ter um pouco de prestígio e dignidade onde no passado não houve e infelizmente se vê privado de seguir a sua vida como quer, e acaba sendo omissos aos ideais brancos, mesmo tentando uma forma de escape, tentando a sorte como artesão competindo assim com o branco, onde não conseguia competir por conta da sua cor de pele.

Nessa época a classe cafeeira ganhou o destaque, pois o café começou a ser o produto de maior exportação do país. Com isso, o negro ficou ocioso e havia algumas reuniões com debates, com isso houve um grande reforço no policiamento para conter essas reuniões a fim de evitar rebeliões.

Com a volta dos imigrantes para seu país de origem ou indo procurar outras ofertas de trabalho por conta da semiescavidão que se via aqui no Brasil muitas crianças substituíam mesmo com o decreto nº 13.113 de 17 de janeiro de 1891 proibia crianças nas máquinas, mas só em 20 de janeiro de 1923 Decreto nº 16.272, que o Estado começou a proteger os menores.

A Constituição de 1934 proibiu o trabalho para menores de 14 anos, mas desde 1912 a criança e o jovem se tornaram problema do Estado por conta das greves e rebeliões. Órgãos não governamentais se dispuseram por ordem do Governo para auxiliar o menor que pelo Artigo 5 nenhuma criança será objeto de negligência, discriminação, exploração ou violência. Já no artigo 8 é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente.

Mas o Brasil tem uma grande história de exploração de mão de obra infantil para donos de escravos, capitalistas industriais, proprietários de terras. Exploravam como boias frias, domésticas, com produção artesanal e agrícola, nas casas e famílias e nas ruas. Muitas fábricas e fazendas burlavam as leis e colocavam os menores de 12 anos para trabalhar na maioria das vezes o pai ficava doente na fazenda e o filho o substituíam, mesmo o pai trabalhando o filho o ajudava para poder ter mais serviço e assim ganhar um dinheiro a mais.

Em 1995, 522 mil crianças de 9 anos trabalhavam, até 39 horas sem nenhuma remuneração para ajudar os pais, isto mostra que até recentemente ainda se tinha este tipo de trabalho. Em 1919, noventa e nove países se juntaram contra o trabalho infantil, criando o OIT proibindo que crianças de 14 anos trabalhem nas indústrias, isso ainda acontecia mesmo tendo leis de proibição em 1891, pois, somente na década de 90 que começou a existir uma fiscalização mais efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública sempre foi um dilema no Brasil, pois deveria ser para todos, mas, não são todos que conseguem ter acesso a ela. Sendo assim, este trabalho tentou de fato compreender o desenvolvimento da educação no Brasil para todos, principalmente para as crianças negras que enfrentaram exclusões sociais, trabalhos exploratórios, atrapalhando os estudos. Mesmo com estudo que só servia para formar cidadãos aptos para o trabalho, ainda assim o imigrante era escolhido ao invés deles.

O quadro deste processo de educação do negro começou a ter efeito após a Constituição de 1934, que de fato iniciou uma inclusão na educação, mas só com a criação de uma fiscalização para que as leis criadas fossem efetivamente praticadas.

REFERÊNCIAS

DEL PRYORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume 1:(O legado da “raça branca”). São Paulo: Editora Globo, 1964

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 1997.

SIMÕES, José Luís. **Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na república velha.** (USP). Disponível em: www.uel.br › anais › artigos › mesa debates › art16. Acesso em: 18 ago. 2020.

VIVEIROS, Kilza Fernanda M. de. **A criança negra no maranhão:** uma leitura a partir da infância afrodescendente no Brasil. (UFMA), 2006. Disponível em: docplayer.com.br. Acesso em: 18 ago. 2020.